

RÜSEN, Jörn. *Humanismo e Didática da História*. Organização e Tradução: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Marcelo Fronza, Lucas Pydd Nechi. Curitiba: W.A. Editores, 2015.

Michel Ehrlich *

Jörn Rüsen nasceu na Alemanha em 1938. Estudou História na Universidade de Colônia, na qual também obteve seu doutorado em 1966, dedicando-se ao estudo da história do pensamento histórico e Teoria da História. Mais tarde, juntaria a esses campos estudos sobre Didática da História. Foi professor nas universidades de Bochum, Bielefeld e é professor emérito da Universidade de Witten/Herdecke.

Humanismo e Didática da História foi lançado no VIII Seminário de Educação Histórica, organizado pelo Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (LAPEDUH) da Universidade Federal do Paraná, ocorrido entre os dias 21 e 23 de setembro de 2015 em Curitiba, com o tema *Jörn Rüsen e o ensino de História no Brasil* e que contou com conferência de abertura ministrada pelo próprio Rüsen.

O livro reúne, além de dois textos de apresentação – um escrito por Marcelo Fronza (UFMT) e Maria Auxiliadora Schmidt (UFPR) e outro por Estevão Martins (UnB) – oito textos independentes de Rüsen, em sua maioria já publicados em outros livros ou revistas científicas, mas reunidos neste volume por abordarem temáticas semelhantes.

O propósito comum dos diferentes textos de Rüsen é apresentar uma renovação do humanismo e as contribuições que este pode trazer para os desafios contemporâneos da humanidade, e em específico como ele pode contribuir para a educação histórica e para uma renovação na Teoria da História.

Talvez o maior dentre esses desafios seja o de promover um diálogo que permita a convivência entre diferentes identidades culturais. Assim, a didática da história proposta por

* Graduando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Contato: michelehrlich@gmail.com.

Rüsen, não somente nestes textos, necessariamente enfoca na relação do *Eu* com o *Outro*. Como definem Fronza e Schmidt na apresentação:

Jörn Rüsen propõe uma Didática da História Humanista que permita aos sujeitos terem acesso aos princípios de uma aprendizagem história emancipadora e que os levem ao autoconhecimento a partir do reconhecimento do outro, no processo de formação da consciência histórica (FRONZA e SCHMIDT in: RÜSEN, 2015, p. 6).

O desafio da convivência intercultural se torna mais complexo diante da encruzilhada apresentada por Rüsen. De um lado, a forma como as identidades culturais se forjaram – contando inclusive com a bagagem do humanismo clássico ocidental – acarretou, na maior parte dos casos, um etnocentrismo que inferioriza e até destrói o *Outro*. Esse processo foi amplamente criticado pelos estudos pós-modernos e pós-coloniais. Entretanto, ainda que aceitando e concordando com essas críticas, Rüsen não vê nas correntes relativistas uma proposta que permita quebrar esse impasse. Para ele, a saída está na renovação do próprio Humanismo:

esta perspectiva busca combater as perspectivas relativistas do multiculturalismo isolacionista e a hegemonia das cosmovisões etnocênticas a partir de uma reordenação da orientação de sentido no tempo que entende a humanidade como uma contínua e multiperspectiva da reconstrução temporal policêntrica (FRONZA e SCHMIDT, 2015, p 8).

Assim, a proposta que Rüsen desenvolve nos textos do livro não é procurar o respeito às outras culturas através de uma noção que trata as diferentes culturas como isoladas uma da outra, pautadas sobre valores totalmente distintos e incomunicáveis – visão que levaria a conclusão de que os contatos e interferências culturais deveriam ser evitados ao máximo. Mas, retomando princípios do humanismo clássico, tratar a humanidade como um todo, em um universalismo que não estabelece uma norma, mas inclui as diferenças.

No primeiro texto do livro, *Formando a consciência histórica – para uma didática humanista da história*, Rüsen apresenta quatro desafios atuais para a história e a educação histórica: a) a insegurança das identidades históricas (especialmente as nacionais), que se tornam cada vez mais ambíguas e fluídas (em noção semelhante à de Stuart Hall (2005); b) as

RÜSEN, Jörn. *Humanismo e Didática da História*. Organização e Tradução: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Marcelo Fronza, Lucas Pydd Nechi. Curitiba: W.A. Editores, 2015.

pressões da diversidade cultural, pois os processos recentes de globalização trouxeram a alteridade do exterior para dentro do cotidiano das pessoas; c) as críticas (de dentro e de fora) à tradição ocidental (incluída aí o humanismo) pelo pós-modernismo que rejeita a universalidade de princípios e pelo pós-colonialismo, que aponta como a relação dos conceitos ocidentais com os não-ocidentais carregou, historicamente, uma relação de dominação; d) a crise ambiental, ameaça que interessa a todos e exige ações e regras conjuntas.

Rüsen aponta que a superação desses desafios não virá através das críticas isolacionistas ao humanismo, mas de seu melhoramento:

este quadro deve ser reformulado, com a finalidade de superar as lacunas do humanismo moderno: a incapacidade para enfrentar a desumanidade; a ideia ilusória sobre o conceito paradigmático da humanidade na antiguidade clássica; os elementos eurocêntricos na ideia de história universal; e os limites em integrar a natureza no interior da ideia de humanidade (RÜSEN, 2015, p 27).

Portanto, o autor conclui que se faz necessária uma educação histórica livre de dominações, mas que não o faça abrindo mão de uma história universal da humanidade, que se manifesta de diferentes formas, mas que continua sendo uma só.

No segundo capítulo, *Em direção a uma nova ideia de humanidade: unidade e diferença de culturas nos encontros de nosso tempo*, Rüsen desenvolve melhor o que apresentou no texto anterior como uma história universal que contemple as particularidades.

Para Rüsen, choques culturais ocorrem justamente porque cada cultura entende seus valores particulares como universais:

Se um diferente conceito universalista de vida humana desafia o conceito de outrem, e não possui poder suficiente para mudá-lo ou até mesmo negá-lo, um confronto de civilizações no nível da orientação cultural é inevitável (RÜSEN, 2015, p 46).

Para o autor, o relativismo cultural inverte, mas não quebra o raciocínio etnocêntrico, pois ainda define cultura como algo rígido, atemporal e independente. Para ele,

“Culturas interferem, elas compartilham elementos universalistas da vida humana e do pensamento humano. Assim, devemos desistir de qualquer

conceito de culturas que afirmam universos distintos de significado, apenas coexistindo em um relacionamento externo” (RÜSEN, 2015, p. 49)

Nesse sentido, a proposta de Rösen consiste em estabelecer universais comuns, a partir dos quais as particularidades de cada cultura sejam manifestações diferentes de um mesmo universal. O primeiro e mais fundamental desses universais comuns é a própria ideia de *humanidade*:

Se alguém sublinha este elemento universal dentro da particularidade cultural da própria pertença a pessoas que usam os mesmos critérios básicos de sentido na compreensão do mundo e de si mesmos, pode-se indicar a chance de olhar para a alteridade dos outros em uma forma não-etnocêntrica, mas sim equitativa e equilibrada (RÜSEN, 2015, p. 54).

Assim, compartilhar a humanidade já seria uma característica comum que geraria uma identificação entre os sujeitos e, portanto, uma responsabilidade mútua, adotando a noção de Lévinas, que Rösen reconhece como uma de suas referências.

No capítulo seguinte, *Humanismo clássico – levantamento histórico*, Rösen traça um histórico não do humanismo em si, mas do conceito de humanidade.

Em sociedades que o autor chama de arcaicas somente os membros da própria comunidade são chamados de humanos (tanto é que é comum que a palavra utilizada para referenciar-se à comunidade signifique literalmente *Homem*). Na era axial (utilizando o conceito de Jaspers), é a relação com o divino que inclui o indivíduo na humanidade. Essa concepção rompe as barreiras étnicas, mas ainda não contempla todos os seres humanos. No início da era moderna, o humanismo em parte substitui o papel do divino pelo ser humano em si mesmo. Finalmente, os seres humanos pertenceriam todos à mesma humanidade. Contudo, novas barreiras são criadas de modo a diferenciar esses seres humanos em categorias de qualidades diversas. Utilizando a leitura que Feres Jr. (2002) faz de Koselleck, o particularismo descrito por Rösen gera o que o primeiro chama de “pares de conceitos assimétricos”, no qual o *Outro* negativo não é definido por si mesmo, mas somente pela ausência do positivo, por não ser o *Eu*. Dessa forma geram-se pares assimétricos como humano/não-humano e, mais tarde, na era axial, cristão/pagão. Finalmente, mesmo

RÜSEN, Jörn. *Humanismo e Didática da História*. Organização e Tradução: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Marcelo Fronza, Lucas Pydd Nechi. Curitiba: W.A. Editores, 2015.

englobando todos os seres humanos na humanidade, o etnocentrismo moderno ainda diferencia gradações de humanidade em termos étnicos, culturais, raciais, etc., como nos pares assimétricos civilizado/bárbaro ou, utilizando um exemplo particular, ariano/não-ariano. Em todos os casos,

a alteridade ou a alteridade dos que existem fora desta forma de vida é, pela mesma lógica, definida em termos de falta, ou, pelo menos, pela redução de todos os valores positivos na forma de vida externa (RÜSEN, 2015, p. 62).

Portanto, o humanismo de certa forma não completou sua missão.

Conforme já explicado nos outros capítulos, Rösen não vê nas críticas ao humanismo, mesmo que válidas, uma proposta para sair desse impasse, pois apostam mais no isolamento do que na comunicação intercultural. Para Rösen, a resposta se encontra dentro do próprio humanismo, especificamente retomando o humanismo alemão do final do século XVIII e início do século XIX, com destaque para Kant e a consideração do ser humano como um fim em si próprio.

O quarto capítulo tem como título *Historicizando a humanidade – algumas considerações teóricas na contextualização e compreensão sobre a ideia de humanidade*. Nesse texto curto, Rösen faz uma defesa dos estudos de Humanidades. Diante das acusações de que as ciências humanas têm servido historicamente como instrumento de legitimação para dominação, Rösen reconhece essa potencialidade negativa, mas também defende sua utilidade como ferramenta para traçar uma história do conceito de humanidade que permita propor universais comuns e inclusivos das particularidades:

As humanidades podem ser utilizadas como um meio para os fins de formação da identidade. Elas podem ajudar a provocar uma auto-imagem positiva ao custo da imagem dos outros. Ao fazer isso, eles seguem a lógica do etnocentrismo. Ou, as ciências humanas podem ser usadas como uma estratégia cognitiva da inter-subjetividade. Essa estratégia faz a mediação entre o eu (*self*) e o outro e transfere diferença em uma forma de vida comum onde não se desaparece, mas se torna habitável de uma forma humana. Assim, no jogo da formação da identidade cultural, as humanidades podem ser uma arma ou uma ponte (RÜSEN, 2015, p. 91).

No texto seguinte, *O enraizamento da ordem política nos valores dos cidadãos*, Rösen discorre sobre uma dimensão mais política do humanismo.

A democracia, não somente como sistema de governo, mas como norteadora das relações sociais, é para ele vital para a concretização da comunicação intercultural. Porém, para além das instituições, a democracia necessita de uma mentalidade coletiva. No entanto, surge aí uma contradição. A democracia exige uma noção de identidade comum (a *fraternidade* do lema da Revolução Francesa). Porém, essa identidade comum facilmente leva ao etnocentrismo já tão criticado. É isso que, para Rösen gera a ideia da democracia como uma espécie de invenção ocidental imposta (portanto, de uma forma não democrática) aos povos não-ocidentais. A saída, para Rösen, estaria novamente na ideia dos universalismos inclusivos, ou seja, na adoção do conceito de democracia que conhecemos (derivado desde a Grécia Antiga) não como uma invenção ocidental, mas como uma manifestação particular no Ocidente de um mesmo universal comum. Uma vez que a dignidade humana seja um universal comum e ela demande a democracia, esta atende a uma demanda humana comum. Um exemplo que Rösen apresenta para isso é o conceito do *Zero*. Mesmo sendo reconhecidamente inventado na Índia, o número *Zero* é utilizado em todo o mundo sem ser uma imposição, pois é entendido como uma manifestação de um mesmo universal, pois responde a uma necessidade comum da humanidade, “uma manifestação específica de uma qualidade geral da humanidade, potencialmente dada em todas as culturas” (RÜSEN, 2015, p. 108)

Portanto, a proposta de Rösen pode ser sintetizada na rejeição da busca incessante de particularismos (não os negando) autênticos de cada cultura – justamente porque nenhuma cultura é autêntica, todas interagem entre si e com o tempo –, preferindo focar na procura pelos traços comuns entre as diversas manifestações culturais. É esse princípio que ele aplica naquele que talvez seja um dos exemplos mais evidentes de choque cultural contemporâneo: as religiões. Rösen constata que as religiões não desaparecerão. O que é necessário, para o autor, é procurar justamente os universais comuns entre as religiões, de modo que estas se vejam não como desenvolvimentos totalmente separados, mas como manifestações

RÜSEN, Jörn. *Humanismo e Didática da História*. Organização e Tradução: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Marcelo Fronza, Lucas Pydd Nechi. Curitiba: W.A. Editores, 2015.

diferentes de um mesmo conjunto de princípios. O primeiro passo seria justamente a desconstrução da ideia de autenticidade, ou seja, historicizando as religiões de modo que fique claro a pluralidade de manifestações dentro de uma mesma religião. Admitindo a própria pluralidade, a aceitação da alteridade do *Outro*, torna-se muito mais fácil.

O sexto texto da coletânea, *Humanismo e cultura muçulmana: patrimônio histórico e desafios contemporâneos*, discorre sobre um paradoxo do humanismo. Tendo surgido na Europa e desempenhado um importante papel na construção de uma identidade ocidental etnocêntrica, como tratá-lo como um conceito universal? Rösen, portanto, ainda que não concorde com as conclusões, acata as críticas de pós-modernos e pós-coloniais. O autor então elenca sete conceitos-chave para superar essa barreira: a) Conceito Universal de Humanidade, eliminando assim os pares de conceitos assimétricos; b) Centralidade do ser humano; c) A dignidade humana como um valor básico de orientação cultural; d) A igualdade de todos os seres humanos em relação à sua dignidade essencial (até hoje não se resolveu como implantar essa igualdade); e) Referência fundamental para a responsabilidade e alteridade na existência humana (para além do humanismo individualista ocidental, realçar responsabilidade em relação aos outros diferentes – fazendo aqui uma leitura de Lévinas); f) Individualidade e responsabilidade social (equilibrar os direitos individuais característicos da tradição ocidental com a responsabilidade coletiva de outras tradições); g) Humanidade e Transcendência (conciliar a noção kantiana do ser humano como um fim em si próprio com a transcendência das crenças religiosas).

No sétimo capítulo, *Humanismo intercultural: ideia e realidade*, Rösen elenca, de forma mais sucinta os limites do humanismo clássico, já expostos de forma separada:

Intelectualmente, o Humanismo moderno encontra os seus limites (a) por não estar suficientemente consciente da desumanidade humana [humanismo acreditou demais na noção de progresso], (b) pela sua relação ilusória com a Antiguidade clássica, (c) por manter elementos etnocêntricos na sua ideia de Humanidade e História universal, (d) por um conceito limitado de razão [a razão científica iluminista pode ser opressora a outras formas de pensamento], e (e) pela relação altamente problemática entre humanos e natureza (RÜSEN, 2015, p. 142).

Diante desses problemas, Rösen defende que o humanismo deve posicionar-se politicamente sobre as questões mais universais. Nesse ponto, Rösen contraria fortemente o relativismo cultural ao pregar alguns princípios fundamentais como aplicáveis a toda a humanidade:

Com base neste humanismo antropológico, existe um necessário fermento espiritual e mental da sociedade civil baseado culturalmente em valores universais seculares, como liberdade de expressão, estado de direito, igualdade perante a lei, pluralismo religioso num quadro de moralidade universal, representação dos dominados nas instituições dominantes, etc. Assim, o humanismo tem uma dimensão política. Ele critica formas feudais de dominação política e veda social e coloca a dominação política submetida a leis sobre direitos humanos e civis. O Humanismo é claramente oposto e dirigido contra qualquer forma autoritária de dominação política. Na sua dimensão social o Humanismo exige igualdade civil, contra superioridade da nobreza e, mais tarde (na sua particularidade socialista), contra qualquer tentativa de opressão social (RÜSEN, 2015, p. 139).

No oitavo e último texto do livro, *Humanismo na era da globalização: ideias sobre uma nova orientação cultural* – também o mais curto –, Rösen, além de ressaltar mais uma vez a centralidade da dignidade humana e da importância de universais comuns, aborda dois temas até então pouco citados. O primeiro é um radical desafio ao humanismo, ao qual ainda não encontrou respostas adequadas: os crimes contra a humanidade perpetrados justamente no seio do humanismo. O outro tema é o desafio imposto pelas teorias biológicas que procuram explicar todos os comportamentos humanos pela genética e pela estrutura física do cérebro, o que praticamente inviabilizaria o humanismo, uma vez que

O Humanismo afirma a natureza não determinista da pessoa humana na medida em que ela pertence ao plano da vida prática e das relações sociais, em que todos os participantes se tornam referentes das suas orientações culturais (RÜSEN, 2015, p. 161).

Os oito textos de Jörn Rösen disponíveis nesse livro recentemente lançados podem ser lidos de forma independente uns dos outros. Contudo, em seu conjunto, Rösen defende em todos os capítulos um mesmo grupo de ideias fundamentais.

Parte de sua argumentação consiste em apontar os erros cometidos pela sociedade ocidental sob o paradigma do humanismo. Nesse sentido, porém, suas teses seriam pouco

RÜSEN, Jörn. *Humanismo e Didática da História*. Organização e Tradução: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Marcelo Fronza, Lucas Pydd Nechi. Curitiba: W.A. Editores, 2015.

originais, pois somente reforçam as críticas já realizadas pelas teorias pós-moderna e pós-colonial. A originalidade e relevância da obra de Rüsen é a contra-argumentação que oferece justamente a essas críticas, das quais não discorda, mas nas quais não enxerga propostas construtivas. A negação da elaboração de princípios aplicáveis a toda a humanidade e a crítica radical ao contato cultural entre forças assimétricas (pois tende a levar a dominação de uma cultura pela outra) pode ter coerência teórica, mas é pouco aplicável em um mundo no qual o contato e interferência intercultural são inevitáveis (e por que não transformá-los em desejáveis?) e tornam necessária a elaboração de regras gerais que se apliquem a todos – inclusive diante da ameaça de um colapso ambiental que afetaria a todos.

A saída proposta por Rüsen é procurar universais comuns – a começar pelo próprio conceito de humanidade – partilhados pelas diferentes culturas. As particularidades de cada grupo seriam então manifestações diferentes de um mesmo universal. A visão de Rüsen não deve ser entendida como completamente antagônica aos estudos pós-modernos e pós-coloniais. Rüsen compreende e acata muitas das colocações dessas pesquisas, contudo, está preocupado com as implicações dessas teorias (e do humanismo) na educação. Nesse sentido, ele propõe, a partir das críticas pós-modernas e pós-coloniais ao humanismo, uma renovação no seio deste mesmo.

Como bom historiador e educador, Rüsen abre mais questões do que apresenta respostas. De que forma encontrar esses conceitos universais comuns a todas as culturas (supondo que existam) não é respondido com precisão no livro. A maior contribuição de Rüsen é devolver ao debate a tentativa de encontrar princípios válidos para toda a humanidade, mas que inclua as diferenças ao invés de padronizá-las a uma norma. E, para aqueles que não concordam com a possibilidade dessa renovação no humanismo, instiga a buscar outras soluções, mas práticas, que permitam ao menos uma coexistência intercultural.

Referências bibliográficas

- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- FERES JR, J. Contribuição a uma Tipologia das Formas de Desrespeito: Para Além do Modelo Hegeliano-Republicano. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, 2002, p. 555-576
- RÜSEN, J. **Humanismo e Didática da História**. Organização e Tradução: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Marcelo Fronza, Lucas Pydd Nechi. Curitiba: W.A. Editores, 2015.